

-3 OUT 1985

Arac X

Para ganhar tempo e tentar superar o impasse que pode até mesmo inviabilizar a convocação da Constituinte ainda este ano, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, pediu ontem ao relator da emenda Sarney, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que adie a apresentação de seu parecer sobre a convocação da Constituinte. Bierrenbach cedeu ao apelo e transferiu a apresentação de seu relatório do dia 8 de outubro por um prazo de oito a dez dias, ainda indeterminado.

Nesse período, Ulysses pretende conversar sobre o assunto com líderes partidários e dirigentes da OAB, da ABI, da CNBB e entidades sindicais, na tentativa de encontrar uma solução de consenso, capaz de receber o apoio desses organismos e ser aprovada por dois terços da Câmara e do Senado.

Essas entidades — as mais atuantes da sociedade civil — colocaram-se contra a emenda do presidente Sarney sob a alegação de que não haveria nem "soberania" nem "participação popular", com a transformação do futuro Congresso em Assembleia Nacional Constituinte. Elas defendem a Constituinte autônoma, com eleições separadas de constituintes e parlamentares — tese que não está encontrando boa receptividade entre os deputados do PDS, PFL e parte do PMDB.

**Desafogo**

Só o fato de Flávio Bierrenbach ter adiado a apresentação de seu parecer por mais alguns dias já serviu ontem para desanuviar um pouco o ambiente no Congresso,

onde os políticos têm a esperança de que a missão conciliatória de Ulysses surta efeito.

O PDS, por exemplo, que se tinha revelado tão intransigente a favor da proposta do governo, não admitindo nenhuma modificação em seu texto, resolveu ontem, em reunião de sua Executiva Nacional, esperar pela apresentação do parecer de Bierrenbach para tomar uma posição definitiva. Por enquanto, mantém apenas sua "tendência" de não aceitar modificações, embora já admita uma delas: a do aumento do prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargos do Executivo que queiram disputar eleições.

Como partido de oposição, o PDS defende o aumento do prazo, mas não de forma tão exagerada como a proposta pelo deputado Manoel Costa (PMDB-MG), que o fixou em 12 meses. Nessa reunião ficou definido que o PDS aceitará cinco meses para os governadores, seis meses para secretários de Estado e ministros que tenham mandato parlamentar, e entre nove e dez meses para os demais ocupantes de cargos do Executivo.

A Executiva Nacional do PDS manifestou-se contrária à convocação de uma Constituinte autônoma, às candidaturas avulsas — ainda que partidárias — e à antecipação da eleição da futura Assembleia.

O partido ainda se manifestou contra o projeto do deputado Álvaro Valle (PL-RJ), propondo a eleição em dois turnos para prefeitos, e decidiu aguardar a fórmula alternativa prometida pelo deputado Flávio Bierrenbach para os militares ainda não beneficiados pela anistia. "Somos a favor da idéia de completar o processo



Ulysses: moderador.



Brizola: aproveitando.

**CONSTITUINTE**  
Ulysses consegue  
JORNAL DA TARDE  
mais prazo  
para tentar a  
conciliação

de anistia", revelou o líder Prisco Viana.

**Questão aberta**

Com o adiamento do parecer de Bierrenbach, a Aliança Democrática procurou demonstrar o mesmo desarmamento de espíritos nos partidos que a compõe — o PMDB e o PFL. Segundo o líder peemedebista Humberto Lucena, do Senado, a "tendência" da Aliança é a de votar, em prioridade, a emenda do governo, e em seguida permitir votações em destaque para as subemendas consideradas controversas e polêmicas como "questão aberta".

O senador reuniu-se reservadamente com Ulysses Guimarães e com o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, mas ao final ainda não sabia se o deputado Flávio Bierrenbach apresentará ou não substitutivo à emenda Sarney.

Entre os assuntos considerados controversos foram incluídos os delegados-constituintes, o prazo de desincompatibilização, a votação em separado para constituintes e governadores, anistia a militares cassados, referendo ao texto da nova Constituição, referendo para confirmar os constituintes como congressistas.

Uma das missões de Ulysses Guimarães será convencer as entidades civis que se tem oposto à eleição do Congresso-Constituinte da inviabilidade prática de funcionamento de dois parlamentos simultâneos e de que elas não podem querer substituir os partidos políticos. De outro lado, tentará convencer os líderes partidários de que essas entidades, importantes na luta pela democratização, não estão querendo ocupar o lugar dos partidos políticos e nem procuram formar perante a opinião pública uma imagem negativa do Congresso e dos parlamentares.

**Insistência**

A caracterização desse impasse não passou despercebida ao governador fluminense Leonel Brizola, que tratou de tirar proveito dela, dizendo que nem a proposta do governo nem a de uma Constituinte autônoma o satisfazem, embora a segunda seja "melhor do que a da chamada Nova República".

Para ele, o que interessa mesmo é aco-

pliar a eleição presidencial à Constituinte, e voltou a insistir nisso em entrevista anteontem em Brasília e em noticiário que mandou distribuir ontem. Brizola afirmou que a eleição para uma Constituinte simultânea a eleições estaduais "não dará certo".

— A solução mais correta, coerente e simples seria aquela que a tradição já comprovou ser viável, como ocorreu em 45, com a eleição simultânea de uma Constituinte e do presidente da República. Mas estão armando um motor com peças trocadas e que não vai funcionar.

Pressão - 3 OUT 1985

Enquanto Ulysses Guimarães procurará a conciliação por um lado, as sociedades civis que ele procura apaziguar contratarão por outro: reunidas no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, realizarão na próxima segunda-feira encontro com os deputados e senadores de São Paulo para aferir-lhes as posições.

O encontro será no salão nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e nele o Plenário Popular defenderá a convocação de Constituinte exclusiva, a criação de comissões consultivas municipais, a revogação do "entulho autoritário", a limitação dos gastos de campanha e punição do abuso de poder econômico na eleição.

Além dos deputados e senadores de São Paulo, foram convocados também os candidatos a prefeito que apareceram nos seis primeiros lugares das pesquisas de opinião: Fernando Henrique, Jânio Quadros, Eduardo Suplicy, Ademar de Barros Filho, Rogê Ferreira e Pedro Geraldo Costa.